

O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Director: Armando Parreira • 150\$ • Novembro/Dezembro 98 • Nº 36

EDITORIAL

Longe vão os tempos em que pelo medo se calavam as consciências dos indesejáveis. O ano que está a começar é o ano dos 25 anos de 25 de Abril. A ANS honra Abril pugnando pelos direitos materiais, sociais e profissionais dos militares, nomeadamente dos sargentos. Assim, reforçar a ANS e a luta pela dignificação da classe é comemorar Abril.

Universal é a Declaração dos Direitos do Homem que comemorou os seus 50 anos. A Declaração importante, mas aplicá-la não o é menos. Ao pretenderem manter as restrições de direitos aos militares, não cumprem a Declaração.

Tristeza é o que sentimos com a proposta apresentada pelo Governo de revisão do art. 31º. É uma proposta que reafirma, 17 anos depois, os valores que estiveram na origem do artigo em vigor. Para quem faz uma proposta destas o tempo não mudou. Parafrazeando: "Na natureza nada mudou, nada se transforma, tudo se mantém".

Aniversário faz a ANS em 1999. O seu 10º Aniversário. Pela classe e pela dignificação nascemos. Pela classe e pela dignificação combatemos. Pela classe e pela dignificação continuaremos a nossa luta. Viva o 10º Aniversário da ANS!

Retemperar energias no convívio familiar para que o Natal e o Ano Novo apelam, é a missão do momento. A todos os leitores, a todos os Sargentos e respectivas famílias, a todos os que têm compartilhado da nossa luta, mesmo com divergências, desejamos umas festas felizes. ●

PELA MODERNIZAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS

PELOS DIREITOS DOS MILITARES CELEBRA O DIA DO SARGENTO



Sobre a proposta de **Vencimentos**

Pág. 3 e 6

Avaliação periódica dos militares

Pág. 2

Revista Militar comemora 150 anos

Pág. 8

BOAS FESTAS

Os corpos sociais da ANS, o Director e o corpo redactorial de "O Sargento", desejam Boas Festas e Próspero Ano Novo aos sargentos das FFAA e suas famílias, assim como, aos assinantes e entidades que recebem o nosso jornal.

A Revolta do 31 de Janeiro de 1891

O ano de 1891 herdara toda a instabilidade e toda a inquietação do ano de 90. A questão fundamental de que dependeria o apaziguamento, ou a exacerbação das paixões populares, isto é, a questão inglesa — mais propriamente o Ultimatum Inglês — não se resolvera ainda.

O tratado de 20 de Agosto de 1890 (entre as coroas Inglesa e Portuguesa) tinha sido repellido no Parlamento e com ele caíra o ministério regenerador da presidência de António Serpa.

Os partidos da rotação constitucional — o Partido Progressista e o Partido Regenerador — haviam dado por finda a sua missão, declarando-se em falência, por ocasião da crise ministerial que ficou conhecida pela designação de "crise dos vinte e sete dias", pelo facto de haver demorado 27 dias (de 17 de Setembro a 14 de Outubro).

Durante este período, o país esteve sem governo, sendo infrutíferas todas as tentativas do rei para constituir ministério. Progressistas e Regeneradores tinham sido despojados do direito de governar: os Progressistas caídos pouco antes sob o peso do Ultimatum; os Regeneradores pateados na câmara dos deputados no momento da leitura do texto do tratado de 20 de Agosto.

A desordem no país era imensa, no poder, de que os partidos fugiam, e cá fora nas ruas, onde começava a juntar-se o povo. Um jornal da época escrevia: "... estamos positivamente à mercê de um movimento popular e esse pode rebentar de momento para momento, porque a irritação do espírito público aumenta, espiciada por uma impaciência e por sobresaltos, que são mais do que justificados".

Nesta hora de uma tão imprevista contingência, todas as vistas se voltavam para o Partido Republicano. Um jornal aventou até que um ministério de coligação do qual fizessem parte os Republicanos seria uma excelente solução para a crise. A imprensa republicana não hesi-

(Continua na pág. 8)

Avaliação periódica dos militares

Sem querer traçar aqui as linhas mestras para um SAM (Sistema de Avaliação de Mérito) perfeito, pretende-se, no entanto, contribuir para enriquecer a discussão em curso.

Sobre esta matéria o EMFAR preconiza no seu art. 212º, "Finalidade:

1ª — A avaliação do militar dos QP na efectividade de serviço tem em vista, além das finalidades gerais, assegurar o desenvolvimento na carreira e contribuir para a selecção dos mais aptos, com fundamento na demonstração da capacidade militar e da competência técnica, para o desempenho de funções de mais elevado nível de responsabilidade.

2ª — A avaliação do militar dos QP destina-se a apreciar o mérito absoluto e relativo e permite a correcção e aperfeiçoamento do sistema, das técnicas e dos critérios de avaliação". A seguir estabelece algumas normas deixando ao cuidado dos ramos a definição e elaboração do Regulamento da Avaliação dos Militares (RAM).

Algumas observações sobre o actual SAM:

■ Em parte alguma das finalidades definidas se pode inferir da possibilidade de o SAM, e os consequentes RAM, provocarem, encorajarem ou permitirem que: — as avaliações possam ser utilizadas como moeda de troca de serviços e/ou obediências violentadoras da consciência do avaliado; — ou utilizadas para dar cobertura a "castigos" por o avaliado não pactuar com atitudes e/ou acções lesivas da instituição (ou por qualquer outro motivo); — ou para castigar o avaliado desvalorizando as informações por este colocar questões incómodas para o avaliador.

■ Mas também não estabelece os mecanismos adequados para impedir que tal aconteça, deixando, numa área tão sensível, campo aberto a todo o tipo de actuações. Alegar-se-á, a este propósito, que aos chefes (avaliadores) é devido respeito e confiança. Correcto. Estamos de acordo. Mas, também é igualmente certo que a transparência de processos, de critérios e de métodos de análise nunca excedem as necessidades. Igualmente certo é que, se a instituição não se proteger contra a eventualidade de se instalarem práticas negativas como as apontadas, pode ocorrer a desvirtuação das finalidades e instalar-se todo um clima de desconfiança e de medo, degenerando o que se pretendia favorável à instituição em algo que mina a sua solidez, levando-a ao definhamento.

A análise destes anos de aplicação do actual EMFAR, quanto à avaliação do mérito dos militares, deverá ser feita rigorosamente para apurar da sua validade e da coerência dos resultados obtidos com os objectivos preconizados. Nós não pretendemos dispor de toda a informação e preparação técnica



ca para o fazer. Mas não queremos deixar de apontar algumas conclusões obtidas a partir da constatação de quem tem sido avaliado ao longo destes anos e estudou alguma coisa sobre o assunto.

Tal como foi concluído num debate promovido pela AOFA, em 29 Nov. 95, subordinado ao tema, também nós constatamos que, contrariamente ao desejado, obtiveram-se como consequências negativas as que passamos a citar:

— Instalação de um clima de desconfiança e perda de solidariedade pessoal e institucional;

— Lesão da segurança na carreira;

— Fractura na coesão e no espírito de equipa;

— Calculismo, em vez de espírito de missão;

— Competição selvagem com eventuais contornos e por uso de meios não legítimos nem correctos."

Para obstar a estas distorções a avaliação de um militar deve revestir-se de três directrizes importantes:

— Aferir com rigor da valia absoluta e relativa do indivíduo, por forma a possibilitar à instituição promover os mais

aptos de entre os seus membros;

— Possibilitar ao avaliado reconhecer os seus pontos fracos para os corrigir, servindo melhor a instituição;

— Reforçar um clima de confiança mútua, de auto e de co-responsabilização, reforçando os laços de camaradagem e de solidariedade, propício à correcção dos problemas comportamentais ou outras lacunas detectadas.

Seguros da necessidade vital de alcançar estes objectivos, com a Avaliação de Mérito dos Militares, **preconizamos os seguintes aspectos a ter em consideração na tão urgente reforma do SAM e dos RAM:**

— A avaliação periódica deve ser obtida a partir da **média ponderada de um colectivo de superiores hierárquicos**, num mínimo de dois em casos excepcionais, mas preferencialmente em número de três;

— Da avaliação deve ser **dado conhecimento obrigatório ao avaliado** em reunião onde lhe serão expostos os seus méritos/deméritos, devidamente fundamentados, em clima apropriado e nunca de constrangimento;

— Deverão ser estabelecidos **critérios objectivos de avaliação** e a sua

observância fiscalizadora, por comparação com a média ponderada das últimas 10 avaliações, estabelecendo um desvio máximo, positivo ou negativo, a partir do qual a avaliação é suspensa até à próxima, despoletando mecanismos de aferição extraordinários, a estabelecer no Regulamento, para o período de permissão, corrigindo-a ou ratificando-a;

— Devem ser **estabelecidos factores de correcção** função dos avaliadores e dos cargos/funções atribuídas ao avaliado, de modo a prevenir distorções na avaliação relativa;

— Em todas as circunstâncias deve ser **facultado ao avaliado o conhecimento do RAM e dos critérios utilizados na avaliação**, e a possibilidade de recorrer da avaliação e fundamentar, por escrito, a sua contestação;

— **A inobservância de algum destes princípios implica a anulação da avaliação e a responsabilização disciplinar dos avaliadores.**

Porém, para se conseguir uma avaliação justa, isenta e imparcial é imprescindível possibilitar a todos os militares uma carreira com igualdade de oportunidades e com percursos similares, e as avaliações devem ser objectivas, isentas e justas. Certos de estes princípios corresponderem ao sentir maioritário dos sargentos, deixamos-os aqui juntamente com estas linhas programáticas para que possam ser discutidos e enriquecidos com novos contributos pelos núcleos e por todos os sargentos que queiram contribuir para a definição de uma matéria tão sensível e que nos afecta a todos. Bom trabalho e dêem conhecimento do resultado das vossas discussões, para elaborarmos uma nova e melhor proposta de princípios e objectivos a atingir e a seguir pelos RAM. O nosso caderno de aspirações também contém um contributo importante sobre a matéria, estuda-o. ●

EMFAR

Não permitiremos ser excluídos do processo de revisão!

Está a decorrer um simulacro de debate em torno da revisão do EMFAR. O que se está a passar no Exército não é um processo de auscultação. Quando os comandos dão aos SMOR um documento volumoso, com cerca de 220 páginas, junto à hora de saída, para eles estudarem e darem o seu parecer no outro dia de manhã, não é auscultação, é um simulacro de auscultação.

Na **Marinha** foi entregue à Comissão Consultiva Permanente de Sargentos da Armada, de hoje para depois de amanhã, o mesmo documento, para esta comissão se pronunciar. De facto, os camaradas da comissão são representativos, mas de há muito que reclamam meios e mecanismos para puderem auscultar e debater com os Sargentos nas unidades os problemas para os quais lhes são pedidos pareceres. Estes sargentos são os nossos representantes, e isso é incontestável, mas necessitam de meios para exercerem a sua representação, para que se possam eles próprios aconselhar com a classe. Pelo menos precisam de tempo para poderem estudar os assuntos sobre os quais é pedido o seu conselho. Porém, a resposta que a comissão deu às propostas de alteração ao EMFAR está de acordo com as aspirações contidas no caderno aprovado no III Encontro Nacional de Sargentos. Quanto à **Força Aérea**, não se conhece nenhum processo de auscultação.

Em qualquer dos casos, não é com esta metodologia que se pode pretender a discussão séria e profunda que a matéria merece, embora, reconhecemos, permita aos comandos afirmarem que auscultaram o seu pessoal. Se o que se pretende é simular e não discutir, iludir os problemas e não resolvê-los, então o método... é bom mas não o queremos.

Fomos nós, sargentos, com a nossa luta e empenho, que estivemos na origem dos primeiros estatutos que os militares obtiveram no fim da década de 70, demos uma colaboração e contribuição para a redacção do actual EM FAR, já produzi-

mos e tornámos públicos diversos estudos, trabalhos e propostas sobre esta matéria, não permitiremos ser excluídos deste processo.

Num momento em que há quadros especiais, na categoria militar de sargento, em que se permanece 18 e mais anos no posto de 1SAR, em que há um conjunto elevado de 1SAR que, por limite de idade, já não conseguem alcançar o posto de SAJ, as nossas propostas refletem a preocupação com este grave problema e são tendentes a melhorarem a fluidez dos quadros e a permitirem uma progressão na carreira mais uniforme e justa. E respeitantes a esta matéria são:

♦ **Tempo máximo de permanência no posto — 10 anos;**

♦ **Passagem do SMOR a adido ao fim de 6 anos de permanência no posto;**

♦ **Alargar a medida transitória de redução do tempo de permanência em SAJ e SCH a todos os quadros e a todos os ramos;**

♦ **Obrigatoriedade de preenchimento de todas as vagas que ocorram nos postos cimeiros;**

♦ **Contagem do tempo efectivo, para efeitos de cálculo de pensões de reforma e de reserva, dos cinco anos na situação de reserva;**

♦ **A implementação de uma política de gestão de recursos humanos que permita gerir as carreiras dando iguais oportunidades de carreira, de desempenho e de avaliação a todos os militares do mesmo quadro especial;**

♦ **Colocação dos militares Supranumerários e Adidos aos quadros em cargos na área da Defesa Nacional actualmente ocupados por militares na situação de reserva.**

Estas são algumas das medidas contidas no Caderno de Aspirações pelas quais lutamos. Se ainda não tens o Caderno solicita-o ao teu delegado de unidade ou na sede da ANS. **Estuda-o, debate-o e defende-o. Ele é teu!** ●

O SARGENTO

Propriedade: Associação Nacional de Sargentos
 Administração e Redacção: Rua Barão de Sabrosa, 91 - 1.ª Esq. 1900-088 Lisboa.
 Telef. 815 49 66 - Fax: 815 49 58
 Produção, Apoio redactorial, Grafismo e Paginação: António Amaral
 Telef./Fax: 278 19 91
 Fotolito e Impressão: Seleção Gráfica, Lda.
 Periodicidade: Bimestral
 Tiragem: 31000 ex.
 Depósito Legal: 48582/91
 Registo na DGCS: 115109

Ainda sobre a proposta de VENCIMENTOS

A proposta de vencimentos elaborada e entregue ao MDN pelo EMGFA, fundamenta-se em estudos, elaborados pelos ramos das Forças Armadas, que evidenciam uma degradação das remunerações dos militares quando comparadas com outras Categorias Especiais da Função Pública, sujeitas, em princípio, aos mesmos conceitos retributivos (DL 184/89 de 2 Junho).

O DL 184/98 define como princípios do Sistema Retributivo os princípios de equidade interna e externa:

- Equidade interna visa salvaguardar a relação entre as responsabilidades de cada cargo e as correspondentes remunerações, e garantir a harmonia remuneratória entre cargos no âmbito da Administração;

- A equidade externa visa alcançar o equilíbrio relativo em termos de retribuição de cada função no contexto do mercado de trabalho.

A equidade externa há muito que se subverteu em virtude de terem sido concluídas com êxito, negociações que culminaram com melhorias significativas nas grelhas salariais (remuneração base e suplementos), assim como noutras formas remuneratórias, como o demonstra o quadro A.

os SMOR, SCH e SAJ (aqui retratados por serem os mais evidentes) cuja desvalorização remuneratória relativamente aos Oficiais Subalternos e CAP/1TEN é por demais evidente. Analisem-se os quadros B e C.

O quadro B (1976, ano da criação dos postos de SMOR e SCH) demonstra que a remuneração (vencimento base + diuturnidades) do SMOR se situava acima de CTEN/MAJ, só sendo ultrapassado quando estes atingissem a 5ª diuturnidade.

O SCH auferia um vencimento superior a 1TEN/CAP só sendo ultrapassado quando estes atingissem a 3ª diuturnidade. Da análise ao quadro C conclui-se que o NSR desfez estas paridades em detrimento dos Sargentos. Paridade agravada na proposta em análise.

A proposta desfavorece os Sargentos, já que atribui 6 escalões aos GM/STEN/ALF que só têm um ano de posto e reduz para 5 escalões os do 1SAR e para 4 os de SAJ, postos nos quais a permanência tende a aumentar. Tabela que propõe que um Sargento em toda uma vida dedicada às FFAA progrida de 2SAR a SMOR, se lá chegar (cada vez mais improvável), 110 pontos indiciários e um jovem oficial

damente absorveria os ganhos obtidos com esta proposta.

Esta recuperação só é possível valorizando o índice 100.

A proposta contém a valorização do Suplemento da Condição Militar, com a qual concordamos em absoluto, já que põe cobro à discriminação existente, desde a implementação do NSR, entre os militares e as Forças de Segurança. Discriminação agravada com a publicação do DL 212/98 de 16 de Junho.

O actual Sistema Retributivo, face às inúmeras alterações provocadas pelas tentativas de corrigir as discrepâncias provocadas pelo DL 57/90, carece de ser revisto na sua globalidade.

Porque nos negamos a acreditar haver na proposta uma intenção discriminatória, somos forçados a concluir não ser possível mexer no Sistema Retributivo dos militares, com justiça e equidade, sem um sério e profundo diálogo

MAJ/CTEN	ACTUAL	340	345	355	370		
	PROP.	350	355	365	375		
CAP/1TEN	ACTUAL	270	285	300	315	335	
	PROP.	305	315	325	335	345	
TEN/2TEN	ACTUAL	225	235	245	255	265	
	PROP.	250	260	275			
ALF/GM/STEN	ACTUAL	195	205	215			
	PROP.	200	210	220	225	235	250
SMOR	ACTUAL	270	285	300			
	PROP.	300					
SCH	ACTUAL	245	250	260	265		
	PROP.	260	265	270			
SAJ	ACTUAL	210	220	230	235	240	
	PROP.	230	235	240	245		
1SAR	ACTUAL	165	170	175	185	195	205
	PROP.	200	205	210	215	225	
2SAR	ACTUAL	155	160				
	PROP.	190	195				

Quadro C

com as associações de militares, defendendo-se assim as chefias militares de situações como esta. Situações, essas sim, geradoras de dúvidas e desconfianças entre subordinados e chefias que põem em causa a coesão das FFAA.

Face ao exposto, propomos:

- a) A valorização autónoma do índice 100;
- b) A valorização do SCM, tal

como consta da proposta do EMGFA;

c) Que aos militares que passam à situação de reserva sem complementarem os 36 anos de serviço seja abonado uma parte do Suplemento da Condição Militar proporcional aos anos prestados na efectividade de serviço;

d) A revisão global do Sistema Retributivo tendo como princípio a filosofia contida no DL 184/89. ●

Carreiras/ Corpos Especiais	1990	1998	Diferenças
	Desde 1/1/089	1/1/98	
Carreiras de reg. Geral + reg. especiais	35392	55300	19908
Dirigentes	290000	601546	311546
Diplomatas	134500	206679	72179
Inspecção de alto nível	185000	284231	99231
Doc. Univ. + Polit. + Inv.	141000	225361	84361
Mag. Jud. + Min. Pub.	93800	146496	52696
Médicos	198000	410782	212782
Enfermagem	93800	144146	50346
Diag. E Terapeutica	93800	144146	50346
PJ Criminal	87000	133725	46725
PJ Apoio à Investigação	70000	107604	37604
Pessoal Técnico do SIS	75000	115320	40320
Técnicos Sup. de Saúde	-	218912	-
Militares das FFAA	63800	98128	34331
GNR, PSP e G. Prisional	63800	98131	34334
Pes. Inv. e Fiscal. do SEF	87000	133725	46725

Quadro A

Vem a "talhe de foice" constatar que todas as Categorias Especiais da Administração Pública onde se concluíram negociações com êxito, possuem associações de representação sócio-profissional ou sindicatos, apoiados pelo topo da hierarquia quando se trata de negociar remunerações. Para nós é claro não se tratar só de coincidência.

Quanto à equidade interna, caso a proposta em análise viesse a ser aprovada, seria completamente subvertida. Veja-se o que acontece com

de GM/STEN/ALF/ a 1TEN/CAP, em apenas 5 anos, progrida 105 pontos. Como a grande percentagem dos Sargentos se quedará pelo posto de SAJ, então esta discrepância torna-se mais evidente, já que toda uma carreira corresponde a uma evolução indiciária de 55 pontos.

A proposta não recupera, como é seu objectivo, a equidade externa perdida, já que a desvalorização do índice 100 dos militares relativamente às outras Categorias Especiais da Administração Pública rapi-

Vencimentos Base em 1976 DI 69/76 e 942/76	Diuturnidades				
	1	2	3	4	5
CTEN / MAJ	12000	13000	14000	15000	
1TEN / CAP	11000	12000	13000		
2TEN / TEN	8000	9000			
GM/STEN/ALF	7000	Neste posto os GM / ALF não tinham tempo de serviço para auferirem diuturnidades, porém os STEN já possuíam 3 a 4			
SMOR	11200				16200
SCH	8700			12700	13700
SAJ	6800		9800	10800	11800
1SAR	6500	7500	8500	9500	10500
2SAR	6200	Haviam grandes diferenças entre os ramos: na Marinha militares atingiam este posto com 2 anos de serviço e outros com 20			

Quadro B

Nota: Em 1976 o vencimento era composto por venc. base+diuturnidades. A totalidade dos SMOR e SCH auferiam as 5 diuturnidades, bem como uma parte considerável dos SAJ. O valor de cada diuturnidade era de 1000 escudos.

Linha Verde: 1º Retrato

"Numa recente deslocação em serviço a Vila Real tinha resolvido visitar um camarada de curso, a prestar serviço em Lamego.

Quando, já nesta cidade, cheguei a casa dele deparei-me com o quadro triste da sua esposa e filho de tenra idade a chorarem. O marido tinha entrado de prevenção devido ao último conflito ocorrido no Zaire. A seu pedido ela foi-lhe levar uma mala com roupas e fardas à sua unidade e não teve oportunidade de o contactar nem lhe deram informações sobre o seu destino, nem sobre datas de partida ou de chegada.

Tinha visto o Telejornal das 13.00 horas, na esperança de saber alguma coisa da unidade do marido. Mas, o que viu, foram imagens

horrosas de um corpo morto com dezenas de homens a dançar ao redor exultando de alegria. Do seu marido, só a incerteza: — Estaria o seu marido lá ou ainda cá estaria? De alívio só o choro.

Durante sete dias de prevenção nada soube pela via oficial, nem um contacto para aliviar a amargura e procurar segurança e conforto.

Durante esses dias teve o amigo visitante de recolher informações, como e onde pode, para descansar a esposa do camarada."

Do que se está à espera para implementar a Linha Verde!? ●

Refletindo sobre o futuro das Forças Armadas e do associativismo militar

Quem quiser erguer-se para prospectar o futuro terá, se pretender algum êxito na prospecção, de alicerçar bem os seus fundamentos no passado e, seguramente, no presente. Importa, pois, ter bem presente o percurso que nos trouxe até aqui, ler com perspicácia os sinais presentes e, em função dos dados recolhidos, determinar o percurso previsível. Damos aqui conhecimento do que enxergamos sem pretender enxergar a realidade inteira.

Com o fim da guerra colonial e do uso das FFAA como um dos suportes do regime, estas perderam importância para o poder político e de, perante a opinião pública, justificar com evidência imediata o seu interesse para o país, ficando numa situação de fragilidade em debates pouco sérios. De facto, com o fim do império colonial e confinado o país à sua pequena dimensão europeia, continental e insular, requeria-se uma redefinição da Missão Constitucional e do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, e a consequente reestruturação do Sistema de Forças e a adequação dos contingentes aos meios em função dos fins. Todo o processo deveria ter seguido o seu curso de forma transparente, com espírito de abertura e mecanismos de diálogo para que matéria tão complexa e delicada não viesse a constituir factor de divisão no país nem, por influência de grupos de pressão, viessem a ser tomadas opções conjunturais que inviabilizassem outras estruturais no futuro.

Não foi este o caminho encetado. Abriu-se espaço aos grupos de pressão, às medidas políticas que visavam objectivos eleitorais, aos jogos de influência e aos jogos de cedência a troco de obter alguma vantagem noutra parte do processo, a atitudes e medidas revanchistas. E o caminho que se pretendia linear foi eivado de meandros, o que devia primar pela transparência e pureza, tornou-se e resultou inquinado.

Exemplos disto há-os em cada passo do processo desde 25 de Abril de 1974 até hoje. Sob a capa do "retorno aos quartéis" e da "devolução do poder à sociedade civil", passos necessários e incontestáveis, precipitou-se a extinção do Conselho da Revolução e, a seguir, de forma igualmente precipitada, — denunciando a pressa em afastar os militares do

processo e inviabilizar que, com o seu prestígio, pudessem continuar a intervir no processo de democratização e desenvolvimento do país — redefiniu-se o edifício jurídico militar e as suas bases, retirando poder aos chefes militares para além do que seria razoável e estritamente necessário, permitindo, agora, que o poder civil se imiscuisse no aparelho militar com uma profundidade que atinge os aspectos técnicos da instituição que deveriam ser da competência exclusiva dos chefes militares, pois só eles têm reparação específica para tal. Nomeadamente, foram-lhes retirados os meios políticos e jurídicos de exercerem o dever de tutela. Declarações públicas recentes do Gen. Loureiro dos Santos esclarecem bem a profundidade desta intromissão na instituição militar. Talvez esteja na altura de reclamar o regresso da sociedade civil para fora dos quartéis. Também se sabe que chefes militares, contrariando os avisos e apelos que as organizações dos sargentos desde sempre lhes dirigiram, se aliaram às forças políticas que conduziram o processo, empenharam-se e cederam a pretexto da pacificação e da disciplina das FFAA — como se esse não fosse desde sempre um objectivo de todos — e hoje começam a declarar-se arrependidos.

Paralelamente a este processo, com outros contornos e objectivos, surgiu a adesão do país à CEE, com todos os desenvolvimentos que nos conduziram às UE, Moeda Única, PAC, Tratados de Maastricht e de Amsterdão, etc.. Mas este processo tem objectivos declarados e públicos e outros ainda ocultos porque se considera que o tempo e as condições para os anunciar não estão maduras. Entre os ocultos constam estratégias para a área militar, que, por não serem declarados, criam áreas de indefinição a todos os níveis das FFAA.

Certamente que em Bruxelas ou noutra qualquer areópago europeu ou estadunidense já estão definidas as bases da Política de Defesa Comum Europeia, já se decidiu pela formação de umas FFAA Europeias, já estão definidas as áreas de intervenção e os meios com que cada país membro contribui: quem é que faz o quê nesse contexto de estado federado. Esses sinais chegam-nos pela voz do nosso MNE, dr.



Conferência sobre Associativismo Militar na Europa, no dia 31 de Outubro, em Lisboa, promovida pela ANS, ASMIR, AOFA e ANCE, com a presença de dois membros do Comité Executivo da EUROMIL, Bauke Snoep, presidente da Associação de Militares das Forças Armadas Holandesas, e John Lucey, secretário-geral da Associação de Graduados das Forças Permanentes de Defesa da Irlanda. De salientar a presença, também, além de muitos militares, de quatro oficiais gerais das FA's portuguesas.

Jaime Gama, e de Jacques Chirac, dizendo, o primeiro, que "... é tempo de os 20 falarem a uma só voz em matéria de política de segurança da Europa", e o segundo, mais claro, diz que "é tempo de haver uma política única de defesa na união".

Este contexto remete-nos para a condição de habitantes da caverna alegórica de Platão, onde da realidade só vemos sombras, que em vez de nomes as sombras, arredando o real, têm chavões, esta "Profissionalismo das FFAA", aquela "Modernização das FFAA" e aquela outra "Redução das FFAA", que estão projectadas no cenário "Racionalização dos meios e dos custos na óptica da rentabilização da relação custo/eficácia" e, para o virtual se assemelhar mais ao real, descem ao mais primário dos argumentos que é "A defesa do dinheiro dos contribuintes". Porém, mesmo com todos estes chavões, não passam de sombras com contornos só definíveis se atentarmos na realidade que nos rodeia. E a realidade é preocupante e dolorosa para quem ama a nossa pátria e sofre com ela.

Quem definiu o futuro das FFAA Europeias encontrou em cada terreno os aliados e os executores dessa política. A forma de conduzir as coisas para o ponto desejado é claro: deixar degradar as áreas não integráveis que devem desaparecer, de modo a tornar num inferno a vida dos profissionais que ainda as conduzem, lavando-os a desejarem o fim rápido dessa situação e a opinião pública a considerar como

boa qualquer solução que lhe ponha termo. Tal como acontece na agricultura, na indústria, nas pescas...

Bem podem os Almirantes reunirem para discutir a sua Directiva de Política Naval e, constatando que a pretexto de outro chavão a verba destinada à aquisição de novos submarinos é mais do que insuficiente — e que, sem se saber porquê, essa decisão foi tomada tardiamente para a aquisição de uma das outras opções de aquisição em segunda mão —, agora, em desespero de causa, tentan-

do evitar o "afundamento" do projecto, se agarram à ideia, pouco razoável, de os adquirirem na modalidade de "leasing" — outra caverna de sombras que nos leva a não inquirir sobre os motivos que levaram o Estado a não ter dinheiro para estas aquisições e os banqueiros o possuam. Aos projectos dos nossos Almirantes nem Neptuno lhes acode: veja-se a degradação dos meios navais que servem as áreas de interesse público, como as Corvetas e os patrulhas, sem substituição à vista — em

Revisão do Art. 3 Não queremos uma

Como se sabe, está em curso o processo que pode conduzir à revisão do Art. 31º da LDNFA. Sabe-se também que a ANS elegeu, desde a sua existência, como objectivo fundamental e prioritário da sua acção a alteração desta norma legislativa. Sabe-se, ainda, que é nossa opinião que o Art. 31º da LDNFA é excessivo nas suas restrições/proibições face ao permitido pelo Art. 270º da Constituição da República Portuguesa e, por isso mesmo, inconstitucional, aliás, opinião corroborada por eminentes juristas que sobre esta matéria se têm pronunciado.

No passado dia 9 de Junho, este assunto foi discutido em plenário da A.R. por força de uma proposta de alteração apresentada pelo

grupo parlamentar do PS. Nessa mesma altura, posta não foi votada acordo com o grupo parlamentar do PS, a fim de possibilitar ao Governo apitar a sua própria proposta à reabertura dos tratamentos parlamentares em Outubro.

Em 20 de Agosto último, Ministro Veiga Simão sentou publicamente enorme destaque mec a sua proposta, a qual ceu por parte das acções de militares — A AOFA, ANS e ANCE discordância, porque evidentemente nada mudava.

Em Outubro último, Conselho Superior de Defesa Nacional não chegou a um consenso sobre as propostas apresentadas pelo grupo parlamentar do PCP

madras

rapartida, o MDN assiste à contestação à orçamentação de 12 milhões de contos a o MAI, Brigada Fiscal, a utilizar meios navais de guerra. Nem aquela que cuidam ser uma opção consentida com o quadro da intervenção e cooperação internacionais, a "opção oceânica", tem o futuro assegurado. Não se o destino dos 10% do aumento da Marinha que eram legalmente cativos: ao invés de irem para os fins a que eram destinados, foram pagas as despesas da intervenção na Guiné, contrariando o prometido pelo Primeiro-Ministro.

Como podem os Generais do Exército fazerem planos para equipar esta ou aquela Brigada de Intervenção, ou usar um ou dois chavões para justificar os custos aéreos que a realidade atual e desumana é a do RI para citar um exemplo de realidade os muitos possíveis, que não a previsível extinção do RN viu a sua actividade reduzida a um mês de actividade interrompido com três de inactividade; a realidade é a Artilharia de Costa a cair de madura não se perspectivarem verbas para a modernizar (um chavão não ser cumprido); a realidade é a os vossos subordinados envolvidos na guerra do papel para continuarem a acreditar e estão a fazer algo de útil. Não podem os Generais Pios Aviadores traçarem grandes projectos para esquadrias de helicópteros destes ou daquelas caças daqueles e argumentem com o interesse público, a pretexto deste ou daquele chavão, levam com uma

esquadilha de caças em segunda mão adquiridos em saldo e com a agravante de virem mais alguns para serem *canibalizados* e disponibilizarem sobressalentes para que consigam pôr alguns no ar, com segurança e eficácia duvidosa.

Estes são os contornos que se vislumbram das sombras que nos mostram. E neste quadro quais são as perspectivas de futuro, para além, mas no contexto, de umas FFAA Europeias?

Quem conhece a realidade?

Muitos ainda não se aperceberam do que lhes está a acontecer e cuidam que esta situação é conjuntural e que, passada a conjuntura, os militares retomarão a sua importância, ou, que lhes darão incentivos suficientes para que abandonem as fileiras com dignidade; chegam até a qualificar a quantificar os montantes para abdicarem dos direitos conquistados. Outros cuidam que, nessa hipótese, pela sua preparação técnica e pela posição que ocupam actualmente, serão integráveis nesse exército europeu: neste grupo estão alguns oficiais. Talvez que a falta de perspectivas e vislumbres de condições de resistência os façam agarrar a esta possibilidade com desespero e, por isso, se envolvem em estudos e projectos tentando evidenciar essa preparação. Mas será que acreditam mesmo, nesse contexto, que lhes seja atribuído o comando de uma Brigada Internacional, ou o comando de

um navio com guarnição alemã ou de uma esquadilha inglesa? Possivelmente acreditam ou preparam-se para aceitar tarefas menores.

Quanto aos civis, da classe política, dividem-se em dois grupos desiguais: de um lado estão os comunistas, alguns, poucos, deputados socialistas e ainda menos sociais democratas; do outro, os restantes socialistas, os sociais democratas e os populares centristas. O primeiro grupo, minoritário, tem-se revelado empenhado e preocupado com o futuro das condições objectivas para o exercício da soberania, das FFAA e dos seus militares, na discussão séria dos problemas envolventes, nomeadamente, dos da defesa dos direitos e dos meios suficientes para o cumprimento das missões com ênfase para as de carácter e interesse público. O segundo grupo, ainda que maioritário, é heterogéneo. Nele militam muitos homens que, ainda confundidos pelas sombras, continuam envolvidos e empenhados no cumprimento dos chavões, confundindo o cenário com a realidade; esperemos que não despertem demasiado tarde. Outros, ainda, animados por atitudes revanchistas ou por recordações traumáticas do período a seguir ao 25 de Abril de 1974, continuam com ódios injustificados à instituição militar — teimam em confundir o particular com o todo. Os restantes, verdadeiramente minoritários mas poderosos e com influência bastante, encarregam-se de, no terreno, amadurecer as condições dentro do tempo previamente calendarizado

(2010?): são estes que verdadeiramente conhecem a realidade e criam as sombras.

Não será, certamente, este o único motivo que leva a direcção do partido socialista e alguns dos seus deputados a hesitarem perante a questão do associativismo militar, mas é um motivo ponderoso. Sabem que o associativismo militar, se construído com o contributo dos chefes militares e posto ao serviço da instituição militar e dos interesses dos seus homens, será um instrumento poderoso com o qual terão de contar. Mas cuidam, infundadamente, que os militares portugueses não encontrarão formas de tornar esta dificuldade, conjuntural, e defenderem, como sempre o fizeram e é sua missão primeira, os interesses do país e da instituição militar. Os chefes militares depressa verificarão que o associativismo militar, ao invés de lhes retirar poder, o reforçará, porque os livra e isenta de problemas subsidiários da função militar criados pelos ministros da tutela ou para nos dividirem ou por inabilidade, libertando-os para as questões verdadeiramente militares. Depressa verificarão que o associativismo militar reforçará o poder reivindicativo da instituição e, por esta via, ser-lhes-á mais fácil obter os submarinos, os tanques e helicópteros e as caças que tanto almejam. Depressa verificarão que as associações serão o seu melhor aliado enquanto guardiões da instituição militar e que os militares pró-associativos defendem o reforço do prestígio dos chefes pois o prestígio de todos os militares e da função militar passa

também por aí. Depressa verificarão que não basta um ministro com tempo para os receber e com o despacho em dia para resolverem e ultrapassarem os graves problemas com que a instituição militar se debate.

O futuro não é fruto do acaso

Contrariamente ao que defendem alguns homens, cheios de boa fé, e que estão com o associativismo militar, este não será uma realidade inevitável. O actual ministro da tutela tem outros planos mais de feição corporativa, na forma de um Conselho Superior qualquer, para ocupar o espaço vazio, implicitamente reconhecido, para o exercício da representação de interesses e do diálogo. Também não é obrigatório que o modelo de FFAA em construção, implicando a extinção do SMO, conduza inevitavelmente a um futuro mais promissor e a uma carreira mais aliciante e socialmente prestigiante para os cidadãos em uniforme; os novos "pontos de equilíbrio" nem sempre são os que desejamos: serão os que os homens souberem construir. Um futuro melhor, que estes homens julgam inevitável, só o será de facto na justa medida em que os militares se unirem em torno dos seus interesses e dos da instituição militar e da sua capacidade de lutarem por eles. O futuro não cai do céu nem é fruto do acaso dos novos "pontos de equilíbrio". **O futuro constrói-se pelos e com os homens de hoje, e agora!** ●

da LDNFA visão qualquer!

Governo, decidindo remeter as mesmas aos proponentes a fim de serem reavaliadas.

Em finais de Novembro, o Conselho de Ministros aprova a nova proposta do MDN e envia-a para a Assembleia da República.

Na exposição de motivos agregada à nova proposta, o Governo refere, a dado momento, que "(...) por outro lado, as restrições vigentes ao exercício de direitos por militares, afiguram-se desactualizadas face à filosofia e realidades nacional e europeia, situação que se agrava perante uma nova lei de serviço militar. Julga-se, pois, conveniente e oportuno proceder, no espírito de uma maior abertura, à actualização do preceito contido no artigo 31º da actual lei (...)".

Até aqui, tudo bem, o pior é quanto à alteração propriamente dita. A exposição de motivos indicia o reconhecimento daquilo que as associações de militares há vários anos vêm declarando e lutando, podendo por isso mesmo enganar os menos atentos. A proposta, essa, é uma vergonha, não só, não cumpre a exposição de motivos, o programa eleitoral do Partido Socialista e o Programa do Governo, como agrava o actual preceito.

Em Novembro passado, a ANS alertava: "(...) nas últimas semanas, principalmente na que antecedeu a Conferência "O Associativismo Militar na Europa", realizada no passado dia 31 de Outubro, em Lisboa, surgiram alguns sinais indicadores

que o MDN estava a equacionar contemplar na sua proposta alguns dos desejos das associações dos militares.

"Neste precioso momento alertámos todos os militares que sinais são sinais e valem o que valem. Sinais desacompanhados de factos concretos, de diálogo sério e responsável, dificilmente poderão ser entendidos e muito menos levados a sério.

"Por tudo isto, a ANS redobra o alerta para os sérios riscos existentes que se constatarem nas seguintes hipóteses: a) Emperramento de todo o processo de revisão em curso; b) Uma revisão que altere para que nada mude — do género a "montanha pariu um rato"; c) A criação de uma alternativa ao associativismo sócio-profissional sobre a forma de uma estrutura do tipo corporativo — que tão má memória deixaram depois de 48 anos desta fórmula extinta no 25 de Abril de 1974." (fim de citação).

Os nossos alertas, infelizmente, eram justos e con-

substanciavam-se nas dúvidas que nos merecia uma proposta elaborada por um Ministro avesso ao diálogo, às associações e que, ao fim de mais de um ano em exercício nunca arranhou tempo para mandar, pelo menos o seu gabinete, já que não o queria fazer, como mandam as regras da boa educação, responder à correspondência emitida pelas associações.

No ponto 3 do memorando anexo à proposta do Governo é referido, e passamos a citar: "a propósito da necessidade de reflexão e debate sobre estas e outras matérias relacionadas com a condição militar, parecer oportuno a ideia da constituição de um Conselho Superior da Condição Militar, como órgão de natureza consultiva no âmbito do Ministério da Defesa Nacional, à semelhança do "Conseil Supérieur de la Fonction Militaire" existente em França". (fim de citação).

Mais uma vez as nossas suposições — começamos a ficar cansados de ter razão — contidas no comunicado de Novembro (alínea C, transcrita acima),

tinha razão de ser. A ideia da criação dum tal Conselho Superior da Condição Militar cheira a mofo, foi retirada de algum manual empoeirado e velho, mas completamente *desactualizado face à filosofia e realidades nacional e europeia* (para utilizar as palavras da exposição de motivos).

Esta ideia é, contudo, a mais clara confissão por parte do MDN que existe um espaço em aberto entre a Instituição Militar e os Órgãos do Poder, espaço há muito reivindicado pelas associações de militares.

Será possível que o grupo parlamentar do Partido Socialista se deixe envolver no ónus de aprovar tamanha vergonha? Da nossa parte deixamos claro o solene compromisso de tudo fazer para derrotar esta proposta.

Não aceitamos que o direito ao associativismo de representação sócio-profissional seja substituído por um qualquer órgão corporativo, seja ele superior ou não. Assim o impõe o mais elementar sentimento de DIGNIDADE. ●

Cartas dos LEITORES

Os méritos da tabela de vencimentos proposta pelos CEM

A tabela de vencimentos proposta pelos CEM já foi suficientemente criticada e denunciada nas suas vertentes negativas pelas associações de militares, ASMIR, AOFA e pela nossa ANS, pelo que não vou aqui insistir nelas. Aliás, a posição das associações é paradigmática do modo como se pode criticar com seriedade e rigor mantendo a lealdade, a frontalidade e o respeito devido aos chefes militares, não personalizando as críticas mas criticando os princípios contidos na proposta.

Falta, portanto, fazer a crítica dos seus méritos. AANS reconheceu-lhe um mérito na avaliação que fazia: o de denunciar a degradação relativa do quadro especial das FFAA no contexto dos quadros especiais da Função Pública. Eu reconheço-lhe mais méritos, menos visíveis mas de importância capital para o entendimento do outro processo em curso relativo às associações, a revisão do art. 31º da LDFA.

O primeiro é relativo ao esclarecimento da atitude do governo perante os problemas da instituição militar e dos cidadãos militares. Desde a saída do ex-MDN que a atitude do governo tem sido pautada pelas promessas e criação de expectativas, sempre goradas e substituídas por novas promessas. Primeiro foram os incentivos, com anos a fio de promessas e alimentação de boatos; agora foram os incentivos e a recuperação do SCM com nova onda de boatos e de mal entendidos que dividiram os militares — há notícias de militares que, na discussão sobre se o vencimento de Dezembro trazia ou não uns hipotéticos retroactivos de 4,5% do SCM a contar de Janeiro 98, chegaram a vias de facto; de outros que, defendendo a bondade e intencionalidade do partido do governo, discutiram e se incompatibilizaram com camaradas seus. Foram também as promessas do governo de melhores meios para modernizar as FFAA, mas, em contrapartida, decide viabilizar que os ramos adquiram armamento na modalidade de aluguer de longa duração: veja-se o caso dos submarinos para a Marinha, e ainda não se sabe se também para o GAL (Grupo de Aviação Ligeira) para o Exército, sobre cuja decisão de criação os comandantes das unidades já falam abertamente ao seu pessoal — suprir as necessidades de armamento nesta modalidade só ofende os militares. A posição do governo acerca das reivindicações dos grupos profissionais parece traduzir a mensagem que o crime e a bagunça compensam. O que nós verificamos é que o diálogo do governo não passa de conversa fiada e que só cumpre minimamente os seus compromissos com os grupos sociais que chegam a vias de facto e cortam estradas, fazem greves, ou outras acções conflituosas. Ninguém espere ver militares neste tipo de atitudes, mas também não esperem que aceitem o incumprimento das promessas sem reagirem — cobardia e alheamento é incompatível com a função e a formação militar. E quanto ao esclarecimento da atitude do governo a proposta dos CEM é meritória.

O segundo tem a ver com o reconhecimento implícito que há um espaço de diálogo e de representação de interesses que os CEM já não têm condições de ocupar e as associações militares também não têm devido ao malfadado art. 31º e ao recuo total deste MDN, cortando o diálogo com as associações en-

tado pelo seu antecessor, dr. António Vitorino. Ninguém duvidará que, se as associações possuísem um estatuto de associações sócio-profissionais este problema já estaria esclarecido a contento dos militares há muito. Quanto a este aspecto a proposta dos CEM também é meritória.

Os restantes méritos da proposta dos CEM entroncam e derivam dos anteriores. De facto, a conjugação da falta de meios para exercer o dever de tutela e a proposta e a atitude das associações perante esta, evidenciam e elucidam acerca de aspectos até agora deturpados ou ocultos aos olhos do observador menos informado e atento. *Qual o relacionamento possível — e desejável — das associações com os chefes; quais as áreas em que os interesses da Instituição Militar e dos CEM enquanto seus guardiões e dos militares enquanto cidadãos em uniforme são compatíveis, coincidentes e áreas propícias à cooperação e não ao conflito?*

- **Sempre que os CEM tentaram resolver ou negociar com os governos problemas sociais não obtivemos nenhuma melhoria, criou-se um clima de insegurança, indefinição e de insatisfação que reverteu na degradação da imagem dos chefes e da sua autoridade militar.** Ou seja, a acção dos chefes militares em áreas para as quais não têm formação específica, nem meios político-jurídicos, não trouxe nada de bom para os militares, nem para a instituição e afectou a área militar e operacional que os chefes cuidam defender quando exigem para si a exclusividade no tratamento destas matérias, confundindo o que são assuntos de natureza militar com o que são assuntos sócio-profissionais dos militares, que afectam todos — também os CEM enquanto cidadãos em uniforme. *E afectou porque os CEM não conseguiram o que se propunham, o que propunham não reunia o consenso dos seus subordinados ou era mesmo contrário aos interesses da maioria*, e o que conseguiram foi o ónus de mais expectativas e promessas frustradas, ónus que deveria ser imputado ao poder político.

- **A autoridade e a confiança num chefe militar, quando afectadas, são difíceis de restaurar e não devem ser hipotecadas em matérias fora do âmbito estritamente militar.** O facto de os CEM terem ao longo destes últimos quinze anos ficado com o ónus dos erros dos políticos aproveitando a inabilidade e falta de preparação dos CEM — vide os benefícios perdidos, os problemas do NSR, as propostas incorrectas para alteração dos documentos normativos das carreiras e justiça militar... Também o carreirismo e lutas intestinas pelo poder e pelos cargos têm dado aqui o seu contributo. Todavia, se estas matérias forem negociadas entre o poder político e as associações dos militares, a autoridade e a confiança nos chefes fica salvaguardada. É mais fácil substituir uma direcção associativa inábil do que restaurar a confiança e a autoridade num chefe ou num cargo militar. *São valores por demais importantes para a Instituição Militar e para a Família Militar, não podem estar sujeitos ao desgaste e às manobras inerentes às negociações com o poder político.*

- **A modernização das FFAA, a sua reestruturação e operacionalidade, pas-**

sam pela melhoria, adequação e actualização dos meios postos à disposição dos militares e a aquisição destes é do interesse dos CEM e de todos os militares. O que se verifica é que o governo só disponibiliza meios modernos e eficazes para as instituições que têm poder reivindicativo e cuja acção tem impacto directo sobre a opinião pública — vide os casos da PSP e GNR —, e que a acção e as propostas dos CEM não têm conseguido atingir estes objectivos. É da mais elementar evidência, que não é com os CEM de costas viradas para os seus subordinados e despoletando novas áreas de conflito e desmotivação, que as FFAA vão melhorar a sua imagem externa e conseguir que a opinião pública entenda e aceite mais gastos nestes objectivos. Por isso, o contributo das associações de militares pode ser um instrumento de peso a utilizar pelos CEM para a obtenção de melhores meios. Todos os militares estão interessados em exercer melhor a sua função, em que a sua profissão seja socialmente prestigiada, em se sentirem realizados profissional e socialmente, em se sentirem motivados no exercício da sua função. Não é de costas viradas que melhor podemos, todos, chefes e subordinados, atingir este desiderato. Cooperando, CEM e associações de militares, certamente estes objectivos serão atingidos mais facilmente, os chefes sairão mais prestigiados e os subordinados mais satisfeitos.

- **O prestígio dos CEM é do interesse de**

todos os militares. Certamente, por isso, as associações tiveram a preocupação de não crucificar os CEM nas críticas que fizeram à sua proposta de Tabela de Vencimentos. Pautaram as suas críticas por elevados valores éticos e deontológicos e com seriedade e rigor. Todos já compreenderam, e devem retirar daí as lições e conseqüentes acções, que o prestígio da Instituição Militar, dos militares e da função militar passa inquestionavelmente pelo prestígio dos CEM. A imagem externa das FFAA é dada em grande medida pelos CEM: pelas suas atitudes, pelas suas declarações, pelas suas propostas para os grandes problemas de Defesa Nacional, pela visibilidade que conseguem dar às acções dos militares em áreas de interesse público e em prol do povo português, da imagem que conseguem dar de si mesmos e da coesão e prestação da Instituição Militar. *O prestígio dos CEM reverte em prestígio e mérito para os militares e para a sua função.* Esta é outra área de interesse comum e de importância vital para se conseguir obter a aceitação da aquisição de novos e modernos meios. Larguem as matérias que podem afectar o vosso prestígio e *prestigiem-se*, que é o que todos desejamos.

Eu sei que a intenção dos chefes não era esta mas não o refiro por cinismo. Não é essa a formação militar adquirida numa vida dedicada à Instituição Militar e ao País. Se Deus pode escrever certo por linhas tortas, porque não podem os CEM, meros humanos, acertar em objectivos certos por torta proposta? Saibam os militares do activo ler correctamente estes sinais e retirar dos erros as lições importantes e unir esforços em torno dos seus objectivos comuns e os problemas resolver-se-ão, um a um, como se tivessem o dedo do Dito. **Unam-se e verão.** ●

Alfredo Correia
Sargento Chefe TE RF Armada

Suplemento de residência

Muito se tem dito e escrito sobre o Suplemento de Residência e tudo serve para esclarecer ou confundir, mas, para ser sincero, gostava de perguntar ao legislador qual a intenção que ele tinha para os três ramos das Forças Armadas.

Sendo o Dec.-Lei 172/94, de 25/Jun, de fácil interpretação, pergunto-me a mim próprio o que originou outras interpretações que beneficiam ou prejudicam quem a ele têm direito. Por ser sargento do Exército é-me familiar todo o processo que levou ao que hoje é o suplemento de residência no Exército, o qual não tem nada a ver com o DL 172/94, e isto, porque existem nas FFAA "legisladores"

que, através de despachos normativos alteram a essência dos decretos-leis.

Convém referir que os "legisladores" têm interpretações diferentes na Armada e Força Aérea. Na Armada o suplemento foi simplesmente cancelado para todos os militares; na FA, havendo casos de distorções, é aquele que se aproxima mais na correcta interpretação do DL.

Poderia estar a enunciar na íntegra o DL e os despachos, mas penso que não é necessário porque o problema está enunciado. Por último, gostava de perguntar se despachos podem alterar decretos-leis na sua intrínseca essência. ●

Um leitor

Chegou a regionalização!?

Não estou a falar na tão propalada regionalização, nem sequer penso em falar de política. Quero, sim, falar dos problemas que afectam muitos militares nas Unidades, provocados por onipotentes que tomam decisões sem estarem devidamente informados, ou por serem mal informados por quem os rodeia, não os desculpabilizando por isso.

Quando caminhamos para o séc. XXI, continuamos a saber, com factos concretos e testemunhos, de situações que em nada abonam a estrutura das FFAA.

Na BMI, p.e., a segurança diminuiu porque se tomou a medida de desligar à noite quase todas as luzes da Avenida, onde já se registaram acidentes, e mesmo nas Unidades as luzes são poucas ou quase nenhuma.

Outra situação é a seguinte: Na BMI existem messes de oficiais onde o leite,

água engarrafada, sandes, não são pagas pelos utentes, enquanto que, na messe de sargentos, os mesmos produtos são pagos pelos utentes. O que torna isto estranho é o facto dos produtos terem a mesma proveniência.

Na RMS temos situações impensadas, tais como, o próprio comandante de uma Unidade telefonar para o Hospital Militar a cancelar uma consulta externa de um sargento, não dando qualquer justificação ao sargento, nem agindo de igual modo quanto a outras consultas...

Continuo sem perceber porque numa Unidade da RMS, oficiais e sargentos têm de pagar o alojamento dentro da Unidade, existindo até uma NEP para o efeito. Talvez nessa Unidade se tenha perdido o conceito do que é ser militar.

O que irá reservar-nos o Séc. XXI? ●

Um leitor

Lei do serviço militar

Deu entrada na Assembleia da República o projecto do governo de uma nova Lei do Serviço Militar (LSM), cujo objectivo é eliminar o SEN até 2003.

Da exposição de motivos releva-se o seguinte: *"Face à identificação na cena internacional de múltiplos riscos e incertezas, a segurança reclama hoje um sistema que não se baseie apenas em preocupações de defesa por reacção (...). Isso exige a disponibilidade de meios militares aptos a serem empregues em diversas áreas geográficas, em obediência a objectivos de política externa e como expressão de solidariedade".*

Este parágrafo é elucidativo das razões que determinam a mudança.

Claro que sempre se pode dizer que fomos para a Bósnia, Congo, Angola, Guiné, Moçambique, etc. com SMO. Isto é, não é a existência de SMO que inviabiliza os objectivos constantes na exposição de motivos.

Com isto, não estamos a dizer que o problema não deve ser objecto de análise. Na verdade, o actual SMO não serve a ninguém; a evolução tecnológica tem implicações ao nível do pessoal, etc. Não servindo o actual SMO a ninguém e não fazendo sentido aumentá-lo, só um caminho se coloca. Mas esse caminho não obriga à sua extinção. Isto é, esse caminho não obriga a que se acabe com o Recenseamento Geral e com a Inspeção Geral. E também não obriga a que se feche a possibilidade aos jovens, **que o manifestem**, poderem ter a instrução militar básica — a recruta. Isto é, se o jovem manifestar o desejo de puder ter a recruta, porque não há-de ser-lhe dada essa possibilidade? E, por fim, o que impede que seja criado um mecanismo que consagre um processo de contacto das amplas massas juvenis com as FA's e destas com os jovens? Isto é, porque não há-de ser consagrado uns dias de contacto dos jovens com as FA's, enfim, abrir os quartéis aos jovens? O que impede? Gastos financeiros não serão, porque não estamos a falar de fardas, etc., etc. A única coisa



que pode impedir isto é a ausência de vontade política e a forma simplista como tudo isto é encarado

Esta é, de facto, uma grande reforma para as FA's e para o país. É uma grande reforma, não para encher páginas de propaganda, mas porque tem profundas implicações no nosso futuro colectivo enquanto País.

Aliás, no jornal "JN", de 24/11/98, o brigadeiro Lemos Pires levanta algumas questões com interesse. E várias notícias têm vindo a ser publicadas, dando conta de preocupações ao nível das chefias. Preocupações que se prendem com aspectos orçamentais, mas também com a falta de garantia que venham a existir voluntários em número suficiente (DN, de 20/Nov.).

Falámos do SEN (SMO), mas este problema entronca também com o QP, condições de exercício profissional, carreira, remunerações, protecção na saúde e no apoio à família, etc. E entronca, também, nos contratos e nestes, tão ou mais complicado que a sua cativação para as fileiras, é preparar a sua saída e isto implica vastas medidas e mobilização de meios. Tudo isto não se cria por decreto, mas no concreto. Até hoje, como todos sabemos, foi só fachada. E o resultado é um enorme desencanto nos jovens, um enorme descontentamento.

É todo este clima de insegurança, um clima em que ninguém acredita no que aí vem, que marca o ambiente em torno desta matéria. E este clima existe porque tudo continua a ser tratado longe da sociedade, com meios mitigados (veja-se o Orçamento do Estado), sem determinação e com prazos que muita gente duvida. Mas, do alto das suas cátedras alguém quer mostrar serviço e *frentex*... Que podemos dizer a não ser que "tudo isto é triste, tudo isto existe, tudo isto é..."

Noutros países não foi assim. Até as associações militares desses países não só foram chamadas ao debate do tema, como desempenharam (e desempenham) um papel importante no aconselhamento, no esclarecimento, etc. Cá são olhadas com desconfiança. Que mais dizer? Sim, **deixar um alerta a toda a classe**.

Com muito sacrifício e luta obtivemos um estatuto profissional (EMFAR). Tem muita coisa mal, etc., mas é um estatuto! Define direitos e deveres. É bom, que não esqueçamos isto, porque tapa buracos não somos e não estamos dispostos a andar de cavalo para burro. É bom que nos unamos em torno desta questão básica, porque, no meio das confusões que vão existir, a tendência é para que sobre para a classe e nós não podemos aceitar começar a ser pau para toda a obra. ●

Notícias da ANS

Ronda pelos núcleos

Nos últimos dois meses, a Direcção da ANS intensificou o contacto com os núcleos distribuídos por todo o território nacional. Esta intensificação tem em vista a melhoria da ligação dos órgãos sociais da Associação com os seus associados e com a massa de sargentos, de modo a possibilitar criar e melhorar os mecanismos de auscultação da classe e de participação dos sócios na vida e nas grandes decisões associativas. Efectuaram-se reuniões em:

- ☆ **Viseu**, 13 Nov.;
- ☆ **Vila Real**, com os núcleos desta cidade e **Lamego**, 14 Nov.;
- ☆ **Chaves**, 14 Nov.;
- ☆ **Porto**, no Clube Sargentos do Exército, 15 Nov.;
- ☆ **Entroncamento**, 19 Nov. e 17 Dez., com elementos desta cidade, **Sta. Margarida, Tancos e Tomar**;
- ☆ **Évora**, 26 Nov., com elementos desta cidade, **Elvas e Estremoz** (os delegados de Vendas Novas não puderam deslocar-se nesse dia);
- ☆ **Figueira da Foz**, 10 Dez.;
- ☆ **Almada**, 17 Nov., com delegados das unidades da Marinha.

Na sequência deste esforço, já se criaram procedimentos de distribuição e contacto com os delegados e núcleos, que serão incrementados e alargados a outras regiões, nomeadamente, melhorar o funcionamento dos núcleos das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto e dos núcleos de Braga, Leiria, Monte Real, Beja e Faro, numa primeira fase. A Direcção continua disponível para se deslocar e melhorar a ligação com todos os núcleos que manifestarem esse desejo.

Da ronda já efectuada, há algumas conclusões e traços salientes que se podem avançar:

- Necessidade de melhorar a ligação entre a Direcção e os núcleos e destes se afirmarem como parte constituinte da ANS nas unidades onde se encontram, contribuindo com a sua acção para o combate ao clima de boato e, de forma construtiva, para o debate e resolução

de problemas globais e locais;

- Por proposta do núcleo de Chaves, deve a Direcção e todos os associados estudarem, criarem e estimularem a criação de uma *"Cultura ANS"* que corresponderá a uma atitude construtiva, elucidada e crítica da e na vivência das unidades e da criação das linhas mestras da imagem do *"Cidadão em uniforme"*;

- Promover o debate em torno das questões que nos são mais caras, como a *revisão do EMFAR, dos RAM, dos vencimentos, do art. 31º da LDNFA*, etc. (este número de "O Sargento" continua a refletir nas suas páginas a atenção que a Direcção tem dado desde sempre a estas questões);

- Estudar e debater problemas específicos como, a falta de perspectivas nas carreiras, problemas relacionados com os 14º e 23º CFS da ESE, com os problemas do suplemento de residência, do subsídio de navegação e da discriminação nos vencimentos dos 2SAR na Marinha (este último com reflexos e comum nos e aos restantes ramos), do problema dos retroactivos dos DL 80/95 e 299/97 (que continua a via do tribunal);

- O problema da indefinição do destino e das missões de muitas unidades e áreas militares (ler artigo *"Refletindo..."*);

- Concluiu-se em todas as reuniões da necessidade e da importância de todos os núcleos prepararem as suas próprias comemorações do **31 de Janeiro, Dia Nacional do Sargento**, devendo mobilizar o máximo de sargentos, tendo os núcleos salientado a importância do contributo destas comemorações para a resolução de problemas, como os **vencimentos e o art. 31º da LDNFA**.

Como última conclusão, verificou-se que nestes dez anos de vida já se produziu muito trabalho, mas que muito nos espera ainda. Espera-nos um ano de muito trabalho, de muita paciência, de muita perseverança, que necessita de muito engenho. **Mãos à obra!**

Audiências

A ANS foi recebida, no dia 3 de Novembro, pelo grupo parlamentar do PCP. Estão pedidas audiências à Casa Militar do PR, Presidente da A.R., grupos parlamentares do PSD, PP e PV. Há um pedido de audiência conjunta das associações militares ao grupo parlamentar do PS. Estes pedidos ainda não têm agendamento.

Convénio

No dia 12 de Dezembro deslocou-se a Badajoz uma delegação da ANS, bem como das ASMIR e AOFA, para uma reunião de trabalho com as suas congéneres espanholas, no âmbito do convénio de cooperação assinado em 19 de Setembro último. ●

O vigilante antidemocrático...

Tem, por acaso, conhecimento que qualquer comunicação telefónica por satélite, fax ou E-mail pode ser escutada ou decifrada?

Pois é, o ECHELON, um sistema de detecção concebido e aperfeiçoado pelos EUA e Grã-Bretanha, está a inquietar a Europa.

O ECHELON, utilizado durante a guerra fria como instrumento de espionagem, é hoje utilizado para áreas que invadem o mais elemen-



tar direito dos cidadãos. É assim que os EUA continuam a comportar-se, como se fossem donos e senhores do mundo, a quem todos têm de prestar vassalagem. ●



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

CONVOCATÓRIA

Nos termos da alínea a) do art. 9º dos estatutos, convoco todos os sócios da Associação Nacional de Sargentos para a **Assembleia Geral** a realizar na Voz do Operário, sita na Rua Voz do Operário, nº 13, em Lisboa, no dia **30 de Janeiro de 1999, pelas 09.00 horas**, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Ratificação do Convénio entre as associações de militares de Portugal e Espanha.
2. Discussão e votação de uma proposta de aumento de quotas.

Não havendo número legal de sócios para deliberar em primeira convocatória, convoco, desde já, a mesma Assembleia Geral em segunda convocatória, no mesmo local e dia, uma hora depois, com a mesma Ordem de Trabalhos, deliberando então, com qualquer número de sócios presentes, de acordo com o nº 1 do art. 11º dos Estatutos.

Lisboa, sede da ANS, 4 de Janeiro de 1999.

O Presidente da Assembleia Geral
Teixeira da Silva

A Revolta do 31 de Janeiro de 1891

(Continuação da 1ª pág.)

tava em proclamar a oportunidade de a República ter o seu advento, ocupando um poder tanto mais fácil de conquistar, quanto estava vago e indefeso. O jornal da Academia de Lisboa "Pátria" intimava o Partido Republicano a tomar as rédeas do governo: "É indispensável que o partido republicano, se não é uma ironia este nome, se manifeste mostrando um verdadeiro patriotismo e tomando neste momento difícil as rédeas do governo".

A imprensa internacional da época falava da vinda de navios de guerra italianos para protecção da família real. O correspondente de um jornal espanhol em Berlim falava que a Inglaterra estava decidida a enviar uma esquadra composta por 4 couraçados para o Tejo. Em Paris corria que a queda da monarquia e a proclamação da República estavam por pouco.

Em Setembro de 1890, quando no Porto se realizavam as primeiras reuniões de cabos e sargentos, lavrava a discórdia no seio do Partido Republicano, dividido em dois grupos um, chefiado por José Elias Garcia, o outro dirigido pelo tenente de Caçadores Francisco Manuel Homem Christo. Com



Memorial aos Vencidos na Revolta do 31 de Janeiro, no cemitério Prado do Repouso, no Porto.

Elias Garcia estava uma parte da burguesia democrática e maçónica de Lisboa e um numeroso número de fiéis amigos espalhados pelo país, entre os quais se contavam os dinamizadores da Revolta do Porto. Com Homem Christo estava, pode dizer-se, todo o radicalismo republicano.

Este conflito teve solução no congresso republicano realizado em 4 de Janeiro de 1891, saindo vencedor Homem Christo, que vinha mantendo um conflito pessoal e insanável, desde há muito, com os revolucionários portugueses, principalmente com Santos Cardoso e Alves da Veiga.

É, pois, neste quadro político e social que se desenvolve a Revolta do Porto em 31 de Janeiro. Revolta fracassada e derrotada fundamentalmente pelas divisões internas do Partido Republicano, que levaram ao isolamento dos revolucionários e patriotas portuenses e nos quais se destacavam os nossos camaradas 1º Sar. Abílio, 2º Sar. Nunes, 1º Sar. Luz e 1º Sar. Pinto.

O dia seguinte de todas as derrotas é cheio de amargas desilusões. O sentimento de um perigo anormal e terrível escraviza todos os corações.

O poder triunfante desencadeia-se como um flagelo. A vida periga; a liberdade de cada um está por um fio. Atufam-se as prisões e todas as manhãs, ao romper do sol, se teme ouvir a fuzilaria dos pelotões de execução. Passa uma lufada de pânico. Quem ousa ter solidariedade com a derrota? Poucos, raros.

Da derrota foge-se como da peste. Ela contamina, como um mal mortal. Aquele que lhe tocou está condenado. Abraçá-la é abraçar o infelício.

Depois do 31 de Janeiro, foram raros os que lhe assumiram a responsabilidade e mais raros ainda os que voluntariamente se expuseram ao risco de ser francamente solidários com eles.

Os nossos camaradas sofreram na carne o preço dessa derrota: foram presos, torturados e enviados para o degredo. A tudo isto reagiram com a grandeza dos grandes Homens.

A revolta foi derrotada; mas o imaginário, a liberdade e o amor à Pátria saíram vencedores 14 anos depois com a implantação da República.

Saibamos ser dignos do exemplo e do sacrifício dos revolucionários e patriotas de 1891. ●

O mais antigo título do género no mundo

A REVISTA MILITAR COMEMORA 150 ANOS

"Precisa-se de estudo para fortificar a inteligência, da inteligência para dirigir a força e da força para defender a Pátria e a Liberdade"
Fontes Pereira de Melo

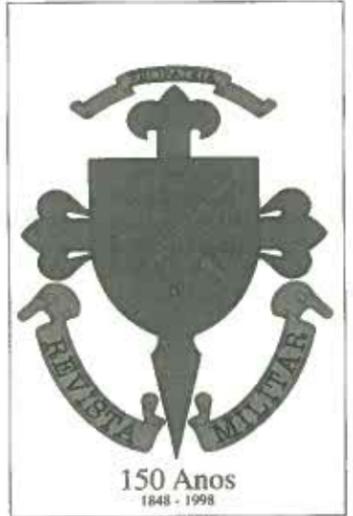
A "Revista Militar" nasceu no conturbado ambiente político-social do país de 1846 a 1848 (guerra civil entre cartistas e miguelistas, revolução da Maria da Fonte, golpe de estado "a Emboscada", revolta da Patuleia, criação da Carbonária Lusitana), quando o resto da Europa vivia também o tempo das barricadas e o movimento operário se inspirava no acabado de sair Manifesto Comunista, de Marx e Engels.

O Exército português continuava a ser, então, desde 1822, como aponta Carlos Selvagem, "uma força política, um instrumento partidário" e "as revoluções eram na sua maior parte empresas militares". No interior das unidades, com ingerência maior ou menos dos políticos, proliferavam todas as facções que enchiam o país, desde os liberais e miguelistas aos cartistas, cabalistas e outros.

Mas, segundo o seu actual director, general Lopes Alves, "a revista não foi fundada para servir ou ser porta-voz duma unidade militar, duma qualquer associação, dum grupo de cidadãos ou dum partido político com maior ou menor ingerência no meio militar". Pelo contrário, "foi fundada para servir o conjunto das Forças Armadas, para contrabater a influência da política no seu meio, para, consequentemente, servir o País".

"Foi neste ambiente interior e exterior às Forças Armadas que em 1846, após o silenciamento da Revolução da Maria da Fonte, no primeiro semestre desse ano, que Fontes Pereira de Melo idealizou a criação duma publicação que pudesse contribuir, pelo seu contexto, para acabar com a indisciplina, a ebulição partidária e o desregramento geral que reinava no Exército, melhorando para tal o grau de esclarecimento dos militares, a sua instrução e a sua preparação operacional, ou seja, uma publicação que ensinasse, educasse, desenvolvesse a camaradagem, o moral e a ética, banindo para sempre a influência nefasta da política nas fileiras".

Em Lisboa ou em unidades próximas, os capitães Chelmick e Ferreira da Costa prosseguem com Fontes Pereira de Melo o debate sobre a criação da nova publicação, havendo rapidamente novas adesões. Um ano e alguns meses depois têm pronto o Contrato que lhe



servirá de base e, pelo simbolismo da data, é escolhido o dia 1 de Dezembro de 1848 para a sua assinatura. São fundadores 24 oficiais do Exército e dois da Marinha Real que assinam o documento manuscrito, com o nome de Fontes Pereira de Melo à cabeça.

"As disposições contratuais são simples, precisas e concisas", considera o general Lopes Alves. "A revista é criada para servir o Exército e a Marinha e, como englobante maior, o conjunto da Pátria, donde a divisa 'Pro-Pátria' desde logo estabelecida", acrescenta. Os fundadores garantem que a publicação "não faz política, não trata temas religiosos e não admite questões pessoais; aceita quaisquer reflexões ou memórias que sirvam os dois ramos, a ciência, a cultura e todos os domínios que lhe sejam acessórios; serão os Sócios Fundadores, outros que aderirem e os assinantes que a custearão e administrarão".

O primeiro número é editado mês e meio depois, em Janeiro de 1849, numa altura em que a sociedade portuguesa se agitava numa febre editorial rara (nesse ano, 29 novas publicações periódicas, só em Lisboa, e outros 27 títulos no ano seguinte). O editorial do número 1 da "Revista Militar" é de Fontes Pereira de Melo, aliás a sua primeira e única intervenção escrita no acervo da revista.

A sessão solene comemorativa da fundação da empresa e da "Revista Militar", ocorreu no dia 2 de Dezembro, na sede da Sociedade de Geografia, em Lisboa, tendo sido presidida por Sua Exa. o Presidente da República e, entre os inúmeros convidados presentes, destacou-se o Ministro da Defesa, o General CEMGFA, os Chefes de Estado Maior, o Presidente da Comissão de Defesa Nacional e as associações de militares ASMIR, ANS e AOFA. ●

Atenção sócios da ANS

Recebemos, por vezes, devolvidos pelos Correios exemplares de "O Sargento", sempre que fazemos a expedição para a residência dos sócios da ANS.

Na quase totalidade dos casos, tal devolução deve-se a motivos de ausência. Deste modo, apelamos aos sócios da ANS que, **sempre que mudem de residência, comuniquem a nova morada aos serviços da ANS.**

De igual modo, por ser frequente mudar de banco, ou de balcão dentro do mesmo banco, a ANS fica impossibilitada de cobrar as quotas. Por isso, também se solicita aos sócios que, **sempre que mudem de banco, preencham, assinem e enviem aos serviços da ANS a declaração bancária** (que se publicou na página 7 do número anterior deste jornal). ●